

O ciclo de formação do projeto brotar nascentes a partir da política nacional de meio ambiente**Training cycle of the project brotar nascentes from the national environmental policy**

DOI:10.34117/bjdv6n9-025

Recebimento dos originais: 01/08/2020

Aceitação para publicação: 02/09/2020

Mila Fiusa Wanderley

Mestre em Gestão de Políticas Públicas Segurança Social UFRB, End.: Rua Alagoas, 221 Bairro Santa Rita, Santo Antonio de Jesus – BA, CEP 40.430-372

E- mail: milafw@hotmail.com

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Endereço: Rua L, 247

INOCOOP, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

E-mail: rose.mubarack@gmail.com

RESUMO

Este artigo discorre sobre o Brotar Nascentes, projeto socioambiental, executado em comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus/Bahia, pelo Grupo Ambientalista Nascentes (GANNA), selecionado no Programa Petrobras Ambiental, ação de implementação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Estuda o ciclo desta Política desde a identificação do problema até a sua implementação. A pesquisa bibliográfica e documental foi desenvolvida a partir de referências como Santilli (2001), Saravia (2006), Secchi (2013) e outros autores além de documentos do GANA, 2010 -2015, se deu de forma descritiva, delineando a necessidade de impulsionar políticas que fomentem o respeito à cultura local e à preservação o meio ambiente. As ações desenvolvidas por organizações que se propõe a implementar Políticas Públicas neste segmento, podem ser efetivas e transformadoras, mas ainda necessita que sejam vistas como prioritárias no que tange à sua continuidade e meios de avaliação.

Palavras-chave: Política Ambiental, Políticas Públicas, Socioambientalismo.**ABSTRACT**

This article discusses the Brotar Nascentes, socioenvironmental project, executed in the rural communities of Santo Antônio de Jesus / Bahia, by the Nascent Environmental Group (GANNA), selected in the Petrobras Environmental Program, an action to implement the National Environmental Policy. It studies the policy cycle from problem identification to implementation. Bibliographical and documentary research was developed from references such as Santilli (2001), Saravia (2006), Secchi (2013) and other authors in addition to the GANA documents, 2010-2015, in a descriptive way, outlining the need to promote policies that foster respect to the local culture and the preservation of the environment. From the studies carried out, it is understood that it is possible to think of a more sustainable way of life, with respect and responsibility for life, environmental quality and the future, starting with actions developed by organizations that promote public policy in this segment.

Keywords: Environmental Policy, Public Policy, Socioenvironmentalism.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930 tem início a trajetória da política ambiental brasileira, quando os primeiros atos normativos relacionados à gestão dos recursos naturais começaram a ser elaborados, tais como o Código de Águas e o Código Florestal que foram instituídos em 1934. Desde então, importantes instrumentos legais foram estabelecidos e políticas públicas foram institucionalizadas com a temática ambiental, culminando no que se considera a mais relevante delas, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída em 1981.

De acordo com Câmara (2013), atualmente existe um movimento comum em diversos países no sentido de reduzir o papel do Estado, na medida do possível, e com características próprias a cada país, do pensamento liberal que ressurgiu no contexto econômico atual com a emblemática expressão “Estado Mínimo”. Ao mesmo tempo, cresce consideravelmente a participação da sociedade civil na formulação e execução das políticas públicas, provocando mudanças significativas na composição dos atores sociais e tomadores de decisão nestes países, na verdade, a adesão à causa ambientalista, geralmente acompanhada da participação das organizações não governamentais (ONG’s), foi, e talvez ainda seja, um dos fatores explicativos da expansão do interesse pelas questões ambientais entre os cientistas sociais brasileiros (COSTA; ALONSO, 2002).

Neste sentido, este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do Projeto Brotar Nascentes (PBN), executado pelo Grupo Ambientalista Nascentes (GANNA), uma ONG, sem fins lucrativos, executado em doze comunidades rurais do município de Santo Antônio de Jesus, no recôncavo baiano, com o objetivo de recuperar nascentes e corpos hídricos, além de promover ações de educação ambiental junto aos agricultores familiares, jovens e crianças. De acordo com relatórios do PBN, o mesmo foi realizado no período entre 2010 e 2012 e em seguida entre 2013 e 2015, com o apoio do Programa Petrobras Ambiental em parceria com o Governo Federal, selecionado em chamamento público por duas vezes consecutivas. Na primeira etapa, o Projeto recebeu um aporte de aproximadamente R\$ 900.000,00 para execução das ações, já na segunda foram investidos a quantia de R\$1.112.674,80 (GANNA, 2015).

Segundo a versão original do Projeto aprovado no âmbito do Programa Petrobras Ambiental, o PBN foi planejado a partir de valores intrínsecos ao GANNA como a promoção e incentivo à participação de todos os envolvidos, construção coletiva e para além das questões ambientais, foco nos aspectos sociais do seu público alvo, comungando dos princípios do socioambientalismo trazido por Guimarães (2001) e por Santilli (2005). O primeiro autor considera que as políticas públicas de meio ambiente devem incluir e envolver também as comunidades tradicionais rurais, considerando serem as detentoras de saberes e práticas de manejo ambiental verdadeiramente sustentável, além de considerarem que o desenvolvimento deve ir além da sustentabilidade ambiental, limitada à

preservação da biodiversidade e dos seus processos. Nesse sentido, deve-se inserir a sustentabilidade social nas discussões, interferindo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, promovendo valores de justiça social, equidade e autonomia. A partir dos apontamentos de Santilli (2005), entende-se que as políticas públicas ambientais só alcançam eficácia social e sustentabilidade política ao incluírem as comunidades locais e promoverem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais.

O estudo de projetos socioambientais, como o Brotar Nascentes, enquanto instrumentos de implantação da Política Nacional de Meio Ambiente e de outras políticas ambientais pode ser capaz de incentivar, fortalecer e até mesmo direcionar outras ações socioambientais, já que a subjetividade e as particularidades do tema dificultam a padronização de um método de execução desta política, considerando que muitas são as variáveis e as especificidades a começar pela diversidade ambiental, propriamente dita e pelos aspectos sociais peculiares a cada público-alvo.

Partindo do PBN, este artigo realiza um estudo relativo ao processo de concepção dos projetos socioambientais enquanto elementos das Políticas Socioambientais, no contexto da Política Nacional de Meio Ambiente. Para tanto, o presente artigo está dividido em duas seções, além dessa introdução, apresenta no primeiro momento, os aspectos conceitual e histórico da Política Ambiental no Brasil, contextualizando-a no arcabouço da concepção e ciclo das políticas Públicas e projetos socioambientais, logo após apresenta-se o histórico do PBN e sua interação com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNRA). Por fim, serão apresentadas nas considerações finais pontos relevantes acerca da temática abordada.

2 POLÍTICA, PROGRAMA E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil o processo de formulação e execução das políticas públicas se aprimoram continuamente, tendo início a partir de um modelo autoritário e burocrático e paulatinamente sendo substituído por processos participativos e mais democráticos, seguindo a tendência das políticas internacionais. Estas mudanças são reflexos dos problemas econômicos, sociais e ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento baseado na economia neoclássica, de caráter imediatista, com foco no lucro e sem qualquer compromisso com as causas ambientais. (CÂMARA, 2013). A adoção deste modelo e os problemas gerados por ele fomentaram o surgimento de diversos movimentos sociais que passaram a pressionar com mais força na década de 1960, e até os dias de hoje pressionam as estruturas de poder centralizadas e autoritárias, induzindo transformações de caráter político, jurídico e institucional. Desta maneira, forçam-se mudanças estruturais e no papel do Estado com desdobramentos significativo na economia mundial (CÂMARA, 2013).

Desta maneira, a construção da política ambiental também pode ser considerada como reflexo deste processo, ganhando corpo a partir dos anos 80, em especial em países com trajetórias de inflações elevadas, a exemplo dos países da América Latina. Ainda contribuiu para a importância do estudo das políticas públicas, o fato de que os países em desenvolvimento e de democracia recentes ou recém-redemocratizados ainda não conseguiram estabelecer políticas capazes de garantir um efetivo desenvolvimento econômico e tampouco promover a inclusão social de grande parte da sua população. No entanto, o formato das políticas e os parâmetros utilizados nas suas decisões, elaboração e implementação, certamente, contribuem para os resultados dos conflitos inerentes às prioridades no direcionamento das políticas públicas (CÂMARA, 2013).

Entre as definições da política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, temos o estudo de Secchi (2014), que apresenta duas abordagens: a estatista, (*state centered policy-making*) que “considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais” e a abordagem multicêntrica, que “considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (SECCHI, 2014, p.2).

Saravia e Ferrarezzi (2006), por sua vez, definem políticas públicas como sendo um fluxo de decisões públicas, direcionado para a manutenção do equilíbrio social ou à introdução de desequilíbrios destinados a modificar a realidade. Trata-se, portanto, de decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e mudanças que provocam na sociedade, assim como pelo conjunto de valores, ideias e visões dos envolvidos no processo decisório. Podem ser consideradas como um conjunto de estratégias que apontam para diversos fins, seja para a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder ou até mesmo a felicidade das pessoas. Sendo assim, é um sistema de decisões públicas que objetiva ações ou omissões, corretivas ou preventivas, incumbidas de manter ou alterar a realidade de um ou vários setores da vida social, a partir da definição de objetivos e estratégias de intervenção e alocação de recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Os autores citados concordam sobre o conceito geral e principalmente sobre o papel transformador e essencial que as políticas públicas representam para a sociedade. Propondo que o formato e suas implicações irão variar a partir de cada sociedade, considerando o grau de maturidade, do engajamento social, dos atores envolvidos, dos problemas a serem enfrentados e principalmente das decisões do governo enquanto detentor do poder decisório, todos estes aspectos definem os resultados que podem ser alcançados.

Para fins de tratamento das políticas, neste artigo será considerada a abordagem multicêntrica sugerida e defendida por Secchi (2014), mas que também permeia o conceito de Saravia e Ferrarezzi

(2006), que pondera alguns aspectos fundamentais, começando pelo enfoque mais interpretativo e, por consequência, menos positivista, do que seja a política pública, evita julgamento acerca da personalidade jurídica de uma organização antes de enquadrar suas políticas como sendo pública, por esta abordagem apresentar implicação em um espectro grande de fenômenos e por fim porque “o papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país” (SECCHI, 2014, p. 3).

Oszlak (1982) sugere que a implementação de políticas públicas historicamente é considerada como a esfera própria da atividade da administração pública, mais especificamente, do Poder Executivo. As relações entre Estado e Sociedade neste processo, normalmente representam a vontade dos grupos que estão no poder. Para Hofling (2001), as políticas públicas são de responsabilidade do Estado tanto na implementação quanto na manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diversos outros agentes sociais que possuem relação com a política implementada.

Secchi (2014) conceitua o processo de elaboração de políticas públicas (policy-making process) ou ciclo de políticas públicas (policy cycle) dentro de um esquema de visualização e interpretação em etapas contínuas e interligadas. Para o autor, o policy cycle inicia-se com a identificação do problema, o que constantemente acontece por parte das organizações não governamentais, partidos políticos ou agentes públicos, após esta fase, ocorre a inclusão na agenda pública, que pode acontecer na forma de projeto, planejamento orçamentário, estatuto partidário entre outras, o próximo passo é a formulação de alternativas para a sua solução quando são traçados os objetivos, estratégias e possíveis consequências para cada solução, este processo culmina na tomada de decisão, momento em que os interesses dos atores são equacionados e os métodos são definidos, finalizando assim a etapa teórica e de planejamento da política.

A etapa seguinte é a implementação, quando de fato as ações são colocadas em prática e os resultados são obtidos, ou não, nesta fase também os planos “caem por terra”, leis não vão adiante ou projetos são desvirtuados, o estudo e monitoramento desta etapa é crucial para o alcance de resultados efetivos. Finalizando o ciclo, tem-se a etapa de avaliação da política quando são de fato mensurados o estado da política e o nível de contribuição das ações diante da redução do problema gerador (SECCHI, 2014).

Neste sentido, Saravia e Ferrarezzi (2006) também apresentam o ciclo da política em etapas similares. O quadro 1, sintetiza as contribuições dos autores e foi elaborado com o intuito de utilizá-lo para o estudo do caminho que possibilitou o acontecimento do PBN e de tantos outros projetos socioambientais tendo como ponto de partida a Política Nacional de Meio Ambiente.

Quadro 1 - Etapas e produtos para o estudo do caminho percorrido até o PBN

Etapa	Produtos
1. Agenda: Inclusão do pleito ou necessidade social na agenda, do poder público;	Identificação do problema público;
2. Elaboração: Identificação e Delimitação do problema;	Alternativas, avaliação dos custos e efeitos e definição de prioridades;
3. Formulação: seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente;	Definição dos objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro;
4. Implementação: planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para a execução;	Elaboração de todos os planos, programas e projetos;
5. Execução: conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política;	Estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia;
6. Acompanhamento: processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes);	Informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos;
7. Avaliação: mensuração e análise.	Reconhecimento dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas.

Fonte: Adaptado de Saravia e Ferrarezzi (2006)

A partir das propostas de ciclo das políticas públicas apresentadas, no item a seguir foi delineado o caminho percorrido desde a etapa inicial da “identificação do problema” até a etapa final de avaliação do Brotar Nascentes, enquanto projeto que faz parte de uma ação de implementação da Política Nacional de Meio Ambiente e consequentemente está inserido em seu ciclo.

3 PROJETO BROTAR NASCENTES

Antes de discorrer sobre o caminho percorrido da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) até o PBN, é necessário definir o conceito de governança ambiental como sendo “o arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera das políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico” (CAVALCANTE, 2004).

Um aspecto muito relevante para a eficiência da governança socioambiental é o desenvolvimento de elementos de gestão participativa durante o processo, o envolvimento dos atores sociais e sua diversidade, ou seja, representantes dos segmentos da iniciativa privada, setor público e sociedade civil definindo papéis e responsabilidades, o rumo das ações e o desenho das estruturas de governança determinando, assim, a aplicabilidade das ações. A inclusão da temática ambiental na agenda de discussões do poder público no Brasil, assim como as demais políticas, foi desenhada a

partir de uma base política-institucional pautada na história do país, alicerçada no papel controlador do Estado, que fortalece as bases da governabilidade (conjunto de condições necessárias ao exercício do poder) e da governança (CÂMARA, 2013).

Desde o período que se convencionou como o descobrimento do Brasil e a chegada dos primeiros colonizadores até os dias de hoje, a natureza é alvo de exploração para fins econômicos, como exemplo da exportação do pau-brasil, que possuía valor por sua madeira ou pela extração de seus pigmentos como corante. Ao longo de todo esse período diversas são as formas e fases de extração e exploração dos recursos naturais gerando assim a problemática ambiental que embasa a legislação ambiental brasileira e consequentemente a governança ambiental (CÂMARA, 2013).

A governança sobre os recursos naturais tem características estritamente utilitaristas, ou seja, relação de servidão para com o sistema, ao mesmo tempo, sem qualquer compromisso com a sustentabilidade e a perenidade dos recursos, associado a baixos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia voltados para a construção de modelos de produção menos degradantes. Por conta deste modelo de desenvolvimento econômico, de acordo com o ICMBio (2016), no Brasil atualmente 1.173 espécies da fauna ameaçadas de extinção e 10 são consideradas extintas, espécies da flora foram extintas, rios se transformaram em esgoto como o Rio Mutum, que atravessa Santo Antônio de Jesus que de acordo com Bezerra, (2007), recebe grande parte do esgoto das residências do município, entre tantas outras perdas dos recursos naturais e culturais.

Em 1988, com o advento da nova Constituição Federal, que se destaca no processo de elaboração das políticas de meio ambiente por colocar o tema em destaque, evidenciando um capítulo inteiro relacionado às questões ecológicas. Seu texto destaca a Política Nacional de Meio Ambiente e merece ênfase também o fato de anos antes ter ocorrido a criação, na Organização das Nações Unidas (ONU), da Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1983, e do Relatório Brundtland (1987, p.46) que, em 1987, apresentou e defendeu pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável” como “aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades”. O próprio relatório Brundtland dispensa vários tópicos para a discussão sobre poluição do ambiente, a rápida devastação dos recursos ambientais como o solo, o ar e a água e o risco de exaurimento dos recursos naturais do planeta (CMMAD, 1988).

A partir da formulação da Política Nacional de Meio Ambiente “a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma possam causar degradação ambiental”, se viram obrigadas a adequar suas atividades por meio de instrumentos como o licenciamento ambiental e a considerar as dimensões socioambientais, para além da dimensão

econômica, sendo um dos objetivos da PNMA a “compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (BRASIL, 1981).

Para Câmara (2013), a Constituição Federal, de 1988, colocou o meio ambiente no centro das decisões políticas e formalizou a ligação entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Paulatinamente, esta visão integrada ocupa o espaço da abordagem desenvolvimentista clássica até então utilizada.

A partir de então tem início a fase de implementação. Como exemplo, tem-se o caso da indústria do petróleo, que apesar de trabalhar com matérias primas e produtos de origem não-renovável, que são os combustíveis fósseis, é possível empregar práticas e ações preventivas que reduzam consideravelmente o impacto de suas operações, particularmente, aquelas voltadas à eco eficiência, isto é, à melhor utilização dos recursos naturais e a minimização do desperdício, e ao uso de fontes alternativas de energia.

Em certo grau, as grandes companhias procuram compensar seu passivo ambiental apoiando projetos sustentáveis promovidos por organizações do Terceiro Setor. Com isso, acreditam estar atendendo as duas dimensões: a ambiental e a social, sem que para isso seja necessário realizar alterações significativas de caráter técnico e organizacional, sob risco de comprometer sua posição competitiva e, conseqüentemente, seu desempenho econômico (BAYARDINO, 2004).

A Petrobrás é a maior indústria produtora de petróleo no Brasil, sendo uma sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada em segmentos relacionados à indústria de óleo, gás e energia: exploração e produção; refino, comercialização, transporte e petroquímica; distribuição de derivados; gás natural e energia (PETROBRÁS, 2001).

Apesar da PNMA datar de 1982, apenas no ano 2000 a Petrobrás implementou um Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pégaso), abrangendo as áreas de: prevenção, contingência, resíduos, efluentes, emissões, gestão, relacionamento com a sociedade, segurança do trabalho, agindo nas áreas: preventiva, gerencial, emergencial e de prevenção de acidentes. Estreitando assim o relacionamento com a sociedade civil organizada a partir de convênios firmados com ONGs, Universidades, Governo e Comunidades (PETROBRÁS, 2001).

De acordo com informações do site da Organização, como parte das ações da Petrobras que objetivavam compensar os danos ambientais provocados por sua atividade e especialmente após estes desastres, no período de 2007 a 2013, a Petrobras juntamente com o governo federal desenvolveu o Programas Petrobras Ambiental e Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, mais tarde reunidos no Programa Petrobras Socioambiental, investiram conjuntamente R\$ 2,4 bilhões em projetos sociais e ambientais das 27 unidades da federação e nos seis biomas brasileiros, a partir de 2013, estes

programas foram reunidos no Programa Petrobras Socioambiental, entre 2013 e 2017, quando R\$ 850 milhões foram investidos em projetos socioambientais¹.

Nos anos de 2010 e 2013, a seleção do Brotar Nascentes aconteceu por meio do Programa Petrobras Ambiental e a Petrobras (2012), afirmou ter contribuído para o desenvolvimento sustentável, integrando os processos produtivos e do meio ambiente e destaca que “entre 2003 a 2012, realizamos cinco seleções públicas, apoiando e articulando iniciativas que oferecessem soluções e alternativas com potencial transformador e em sinergia com políticas públicas” (PETROBRAS, 2012).

Apesar da evolução do arcabouço legal e dos incentivos, principalmente por meio de editais de chamamento público, como o Petrobras Ambiental, ainda são muito pontuais e restritos os recursos para atuação das ONG's socioambientalistas.

O Programa está alinhado ao nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG 2018-2022) e à nossa Política de Responsabilidade Social, que preconiza o compromisso de fornecer energia, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades e superando os desafios de sustentabilidade (PETROBRAS, 2001, s.n.).

Para Frasson (2001), as Organizações da Sociedade Civil (OSC) representam a parceria entre o Estado e a sociedade civil no sentido de transferir recursos e responsabilidades do Estado para estes grupos, principalmente no que tange à execução de políticas públicas. O sucesso está diretamente ligado à forma como os recursos são aplicados pelas organizações, ao cumprimento dos objetivos previstos e à geração de benefícios e mudanças significativas e perenes.

O PBN, realizado pelo GANA foi por duas vezes patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental sendo uma iniciativa conjunta entre organizações da sociedade civil e poder público com o objetivo de promover a recuperação de nascentes e cursos d'água através da recomposição da mata ciliar e envolvimento das comunidades locais. O projeto foi selecionado pelo programa e executado por duas vezes consecutivas em doze comunidades rurais do município de Santo Antônio de Jesus, recôncavo baiano, no período entre 2010 a 2012 e 2013 a 2015 (GANA, 2012; GANA, 2015).

As comunidades que participaram do projeto são formadas por pequenos produtores que sobrevivem da agricultura familiar. É frequente a observação de áreas de lavoura, principalmente mandioca e laranja, além de pastagens chegando até as margens de córregos, nascentes e rios. Em

¹ Informações obtidas na página do Programa. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

alguns locais percebe-se o desvio dos cursos d'água e mais grave ainda, o aterramento de nascentes. A mandioca é o produto agrícola mais importante para a região e seus derivados podem ser facilmente encontrados em todas as feiras e mercados. Vale ressaltar que a mandioca é beneficiada nas casas de farinha da própria região, hoje já motorizadas e buscando a produção industrial (GANA, 2012).

Na maioria destas propriedades constata-se a inexistência de áreas preservadas, sendo verificada ainda, a avançada degradação dos solos em face dos processos erosivos, resulta na diminuição da produtividade. Nestes lugares aproximadamente 1000 famílias vivenciam no dia a dia os sintomas da escassez da água devido à degradação das matas ciliares que protegiam as nascentes e cursos d'água. Outro aspecto é que os recursos hídricos possuem características desiguais, algumas comunidades apresentam limitação do uso da água devido à sua escassez e em outras existe a falta de potabilidade para o uso humano (GANA, 2012).

Na maior parte dos casos, contaminantes orgânicos e/ou químicos provenientes da agricultura reduziram significativamente a qualidade da água existente, assim como o seu volume nos mananciais foi reduzido, principalmente pela degradação ambiental provocada pela perda da vegetação marginal. Há relatos de moradores nativos que outrora certos cursos d'água eram profundos e piscosos e hoje são transpostos com "água nos tornozelos" (GANA, 2012).

No intuito de promover em algum grau a melhoria da qualidade ambiental destas comunidades, o PBN realizou atividades de recuperação da vegetação por meio do uso de Sistemas Agroflorestais em 28,5 hectares da mata ciliar no micro bacias do rio da Dona e rio Taitinga, numa área onde residem 4.550 pessoas que necessitam da terra para a prática da agricultura de subsistência e comercial, porém onde se encontram nascentes, represas e cursos de rios em estágios avançados de degradação. Neste contexto, as ações foram realizadas com o foco em evitar a perda de área agricultável, o que resultaria em grande resistência dos pequenos produtores. Por isso, o projeto utilizou alternativas que compensassem ou viabilizasse economicamente as propriedades rurais, de modo que a recuperação das áreas degradadas foi realizada de forma menos onerosa para o agricultor (GANA, 2012).

Um Sistema Agroflorestal (SAF) cumpre razoavelmente as funções ecológicas necessárias para uma mata ciliar e para a manutenção do ecossistema. Segundo Altieri (2012), o SAF representa um modelo de uso integrado da terra, adequado principalmente às áreas próximas a cursos d'água e a baixo uso de insumos, com o objetivo de otimizar as relações entre a cobertura vegetal, agrícola e criação de animais, capaz de obter produção equivalente à monocultura, porém em melhor condição econômica, ecológica e social.

De acordo com os relatórios enviados pelo GANA à Petrobras, pelo seu sistema online de Monitoramento e Avaliação do Investimento Ambiental (MAIA), alimentado a cada três meses pela coordenação do projeto, durante o período de execução do mesmo, muitas ações foram realizadas

junto às comunidades, abaixo estão relacionadas algumas, que são consideradas apresentam e demonstram o aspecto socioambiental do projeto (GANA 2012; GANA 2015).

Foram realizados 19 cursos de formação para práticas agroecológicas a exemplo de técnicas sustentáveis para manejo agroflorestal; gestão sustentável de SAF; beneficiamento de frutas da região; técnicas agroecológicas de manejo do solo; técnicas conservacionistas de manejo de solo; substitutos ao uso de agrotóxicos; cultura sustentável da mandioca; práticas eco eficientes nas propriedades rurais entre outros. Destes cursos participaram aproximadamente 250 pessoas entre agricultores locais, lideranças comunitárias e jovens com carga horária de 8 horas e foram ministrados por técnicos da equipe do projeto junto com professores do Instituto Federal Baiano.

Ministrou-se aproximadamente 30 palestras para educação ambiental em escolas e associações rurais, tendo envolvido mais de 1000 pessoas, entre professores, pais, alunos e agricultores nestas palestras, tendo sido tratados temas manejo sustentável do solo e recursos hídricos, cuidados com o lixo, de onde vem a água da comunidade, entre outros. Aconteceram 14 oficinas práticas junto a escolas com carga horária de 4 horas cada, com temas como compostagem, hortas comunitárias nas escolas e recuperação de nascentes e corpos hídricos, quando foram envolvidas mais de 500 estudantes entre jovens e crianças.

Promoveu-se 05 dias de campo, tendo participado mais de 150 agricultores no total, eles visitaram propriedades rurais que já praticam agricultura sustentável, agroecologia e sistema agroflorestal. Estas visitas técnicas proporcionaram a interação entre conhecimentos e práticas sustentáveis de agricultura e preservação ambiental entre os agricultores do projeto e outros grupos correlatos, como o Projeto Mãe Terra, na cidade de Ubaíra, Gambá em Elísio Medrado e propriedades particulares em Amargosa, por exemplo.

Foram realizados 06 encontros para troca de saberes entre as comunidades rurais, quando aproximadamente 120 agricultores foram estimulados a investigar a realidade presente em sua localidade, seu cotidiano, encontrando algumas manifestações de problemas sociais e ambientais que perfazem a região. Em seguida, a problematização foi elevada a um âmbito conjuntural, onde foi feito um exercício de relacionar as manifestações de degradação das nascentes e margens dos rios presentes na localidade a um contexto maior de crise ambiental.

14 cartilhas educativas e informativas foram elaboradas e distribuídas nas escolas rurais e urbanas e em eventos, cursos e palestras, as cartilhas tiveram temas como “Consumo Consciente”, “Controle Alternativo de Pragas e Doenças da Lavoura”, “Sistemas Agroflorestais”, “Recuperação e Cuidados com as Nascentes”, “De Olho no Meio Ambiente” que foi produzida a partir de desenhos e textos das crianças, entre outras, todas foram construídas a partir dos cursos e oficinas ministradas, considerando a realidade e o saber local.

Mais de 90 espécies, na grande maioria da mata atlântica, foram plantadas, algumas destas consideradas pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira (2008) como em situação vulnerável a extinção como a Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) e o Pau Brasil (*Caesalpinia echinata*). Mais de 40.000 mudas foram produzidas pelo viveiro próprio e plantadas totalizando uma área de mais de 50 hectares em margens de rios e ao redor de nascentes, o plantio foi realizado junto com os proprietários e em mutirão com a comunidade e alunos de escolas da zona rural e urbana.

O caráter socioambiental do projeto se mostra ao passo que em todas as ações o aspecto social é considerado, o público alvo não se apresenta de maneira passiva, mas sim participativa e atuante, os valores culturais são colocados em primeiro plano assim como os saberes locais e a variável da sustentabilidade econômica. As ações mostradas aqui não esgotam o arcabouço de atividades do PBN, mas demonstram de maneira sucinta a sua relevância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ciclo das políticas públicas a partir da contextualização da PBN diante da PNMA constituiu-se o foco deste estudo. Foi possível delinear o caminho conduzido desde o início das discussões sobre as questões ambientais, quando inicia o ciclo desta política, até a sua fase de implementação por meio de projetos socioambientais, realizados por iniciativa da sociedade civil, exemplificado pelo PBN, objeto de observação deste trabalho.

Foi realizada ainda uma revisão de conceitos relevantes como socioambientalismo e governança ambiental, a fim de fundamentar tal discussão. Observou-se ainda que os projetos idealizados e realizados por ONG's podem contribuir significativamente para a solução de problemas ambientais e para a construção de uma nova relação homem x natureza, principalmente nos assuntos relacionados para a transição de um novo modelo produtivo.

Os resultados encontrados a partir do estudo dos relatórios e documentos do Projeto Brotar Nascentes indicam que ações desenvolvidas de forma conjunta entre atores diversos apresentam grande potencial transformador junto a comunidades rurais, por exemplo. Sobretudo as que tratam da concretização das ações de implementação da PNMA e dos seus princípios e para, além disso, na formação de uma equação mais equilibrada entre os três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social.

Algumas dificuldades neste processo foram identificadas, como a descontinuidade dos financiamentos, no caso do Programa Petrobras Ambiental o período para a execução dos projetos foi de apenas 02 (dois) anos, o que certamente é insuficiente para a efetividade e solidificação das ações desenvolvidas, em se tratando dos objetivos principais do PBN que esteve relacionado a formações que fomentavam a transição de modelo produtivo, resgate de identidade e saberes e na

recuperação de fragmentos de ecossistemas. Outro aspecto relevante é a necessidade de um processo avaliativo mais efetivo envolvendo os diversos atores, não apenas um cumprimento de metas ou prestação de contas, o que poderia ser capaz de atestar ou não a relevância destes projetos como de impactos positivos na vida não apenas do seu público alvo direto ou para o meio ambiente local, mas ações como estas podem ser capazes de reverberar resultados ao longo de muitos anos e extrapolar os limites da sua área de atuação.

A partir das considerações realizadas até então, entende-se que é possível pensar num modo de vida mais sustentável, impregnado de valores de respeito e responsabilidade pela vida em todos seus aspectos, pela qualidade ambiental e pelo futuro, sobretudo, quando tais ações são estruturadas em políticas públicas ambientais consolidadas no cenário nacional, ressaltando a importância da atuação da sociedade civil organizada na forma de ONG's, atuando localmente em prol de sua própria comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.
- BAYARDINO, R. A **Petrobrás e o desafio da sustentabilidade ambiental**. 2004. 65 f. Monografia. (Bacharelado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/a_petrobras_e_o_desafio_da_sustentabilidade_ambiental.pdf> acesso em 08 de maio de 2018.
- BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1981. 23 p. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/L6938.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BEZERRA, Márcia. **Análise socioambiental da porção urbana do Rio Mutum, Santo Antonio de Jesus, Bahia**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp035719.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.
- CAVALCANTE, C. 2004. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, vol. 1, p. 1-10. 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988. 383 p.

CÂMARA, J. B. D. Governança Ambiental no Brasil: Ecos do Passado. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/08.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

CAVALCANTE, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004.

COSTA, V.; ALONSO, A. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. **Ecología política: Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 115-135.

FRASSON, I. **Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais**. 2001. 170 f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2001. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82184> .>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Projeto Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2010. p.1-32.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Projeto Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2012. p.1-35.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Relatório Final Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2012.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Relatório Final Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2015.

GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

HOFLING, H. M. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. 1. ed. Brasília: ICMBio, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf>. Acesso em: . 08 de julho de 2018.

MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. 1. ed. Brasília: MMA, 2008. 1420 p. 2v. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/livro-vermelho/volumeI/vol_I_parte1.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2018

OSZLAK, O. **Políticas Públicas E Regimes Políticos: Reflexões a Partir de Algumas Experiências Latino-Americanas**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 17-60, mar. 1982.

Petrobrás Brasileiro S.A. **Relatório Anual de Atividades**. Rio de Janeiro, RJ: Petrobrás, 2001. Disponível em: < <http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

Petrobrás Brasileiro S.A. **Relatório Anual de Atividades**. Rio de Janeiro, RJ: Petrobrás, 2000. Disponível em: < <http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

Petrobrás Brasileiro S.A. **Programa Petrobras Socioambiental**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

SARAVIA, H.; FERRAREZI, E. **Coletânea de Políticas pública**. 1. ed. Brasília: ENAP, 2006. 261 p. 2 v.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 188 p.